

VIII-022 – CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR E A RELAÇÃO COM O P1MC NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA - PB: O USO DA TECNOLOGIA SOCIAL E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO SUSTENTÁVEL PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima⁽¹⁾

Graduada em Licenciatura em Química e Engenharia de Materiais, Mestre em Engenharia Química e Doutora em Química Inorgânica. Atualmente, professora Adjunto III da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Câmpus de Sumé – PB.

Estoécio Luiz do Carmo Júnior⁽²⁾

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia, Especialista em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano (UFCG)

Endereço⁽¹⁾: Rua Luiz Grande , s/n – Bairro Frei Damião- Sumé – Paraíba – CEP: 58540-000 – Brasil – Tel: +55 (83) 3353-1850 - e-mail: mergia@ufcg.edu.br.

RESUMO

O Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS) é uma organização que trabalha com agricultores inseridos na economia familiar, e que busca soluções para o desenvolvimento sustentável, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das comunidades e famílias da região semiárida. Trata-se de uma organização não governamental que tem trabalho reconhecido nacional e internacionalmente na área de desenvolvimento humano, social e ambiental, e ainda um trabalho de conscientização popular. Dentre as soluções sugeridas para minimizar os problemas da escassez de água no semiárido paraibano está o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), que visa beneficiar a população da região semiárida com água potável através das cisternas de placas. Sendo assim, a finalidade deste trabalho é analisar a relação do Centro de Educação Popular e Formação Social – CEPFS com as atividades propostas pelo Programa 1 Milhão de Cisternas, no município de Teixeira - PB. A fim de atender o propósito do presente estudo, procurou-se descrever as atividades do CEPFS relacionadas ao P1MC, a formulação de estratégias para a convivência com a realidade do semiárido, sua implementação e controle, além de estabelecer a importância da educação ambiental desenvolvida por meio da realização de cursos de capacitação voltados para a tecnologia social utilizada na implantação das cisternas. O trabalho de análise de dados demonstrou avanços do ponto de vista prático na execução do P1MC, e do poder de mobilização e articulação da entidade na sua área de atuação, a qual, ao longo do tempo, moldou a organização na intenção de se adaptarem à realidade e às necessidades locais, estimulando o desenvolvimento das capacidades e competências locais, valorizando os conhecimentos já adquiridos.

PALAVRAS-CHAVE: CEPFS, terceiro setor, P1MC, Semiárido, conscientização popular.

INTRODUÇÃO

As décadas de 1990 e 2000, no semiárido brasileiro, foram marcadas por esforços de elaboração tanto de discursos renovados para fundamentar ações voltadas ao desenvolvimento regional quanto de formulação e execução de políticas públicas consideradas inovadoras. A sociedade civil organizada, por meio de suas diversas organizações vem ao longo do tempo, defendendo a ideia de que é possível viver e produzir no semiárido com dignidade (ASA, 2008).

Tais discursos e políticas alimentaram-se fortemente das críticas produzidas às estratégias de combate à seca e às grandes políticas hídricas e projetos de modernização econômica. Em um cenário marcado por grande experimentação e pelo debate em torno da sustentabilidade e da degradação ambiental, o pensamento de “convivência com o semiárido” passou a ser a referência discursiva dominante de um conjunto muito diversificado de atores sociais. No Semiárido Brasileiro, pode-se adequar a maneira de viver às especificidades do meio ambiente, desenvolvendo tecnologias simples e apropriadas ao contexto socioambiental (www.patacparaiba.blogspot.com.br, 2013). Essa ideia está associada a uma grande variedade de políticas, com destaque para iniciativas de ampliação do acesso à água entre moradores das áreas rurais do semiárido.

Um dos pontos mais criticados nas grandes obras hídricas executadas no Nordeste ao longo do século XX residia justamente na exclusão de moradores das comunidades rurais da região ao acesso à água. Os grandes açudes, adutoras, estações de tratamento atendiam principalmente populações urbanas e grandes projetos econômicos privados, com pequena repercussão entre os segmentos mais pobres da população rural (SILVA, 2006).

Na década de 1990, duas diferentes alternativas emergem como solução hídrica para comunidades rurais no semiárido brasileiro: as cisternas de placa que armazenam água de chuva e os sistemas de dessalinização via osmose inversa de águas subterrâneas salobras e salinas. Serão a base, nos anos 2000, de duas políticas públicas para atender os objetivos da ampliação da oferta de água para as populações rurais, no contexto da “convivência com o semiárido”. A sociedade civil organizada, por meio de suas diversas organizações vem ao longo do tempo, defendendo que é possível viver e produzir no semiárido com dignidade, propondo políticas públicas sustentáveis de convivência com a região, que apostam na captação e armazenamento adequado de água da chuva (ASA, 2008).

Em 2003, a Articulação do Semiárido (ASA), com base em experiências de algumas das entidades que lhe dão sustentação, lança o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais (conhecido pela sigla P1MC), com apoio do governo federal e financiamento da FEBRABAN.

Essas políticas públicas “inovadoras” de ampliação do acesso à água entre moradores das áreas rurais do semiárido podem ser compreendidas como parte dos esforços recentes em torno de um renovado projeto de modernização. Em que pese as importantes transformações no balanço de poder entre os diferentes grupos sociais vivenciadas no Nordeste nas duas últimas décadas; as críticas realizadas ao modelo modernizador associado à atuação da SUDENE e a ausência quase completa do tema da modernização nos textos que fundamentam essas políticas e no discurso da “convivência com o semiárido”, é possível identificar um forte viés modernizante, com ênfase institucional e com foco nas populações mais pobres, que precisa ser revelado e melhor compreendido pelas ciências sociais e atores do campo das políticas públicas (ELIAS e SCOTSON, 2000).

O presente trabalho tem o objetivo de descrever os avanços alcançados com a política de captação e armazenamento de água, através das atividades do Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS) na implementação das ações do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), no município de Teixeira, Estado da Paraíba, como também a capacidade de mobilização e envolvimento das comunidades rurais beneficiadas pelo programa.

Ressalta-se que a escolha da organização deu-se devido à sua importância e representatividade na região devido ao trabalho desenvolvido.

OS TRÊS SETORES

A sociedade é composta por setores que ditam a velocidade e a forma de crescimento ou desenvolvimento de uma localidade, seja ela uma nação, um estado ou um município. Cada setor é composto por organizações que possuem interesses e finalidades semelhantes. As organizações devem planejar e escolher as melhores formas e estratégias para alcançar os resultados esperados. Alday (2000) afirma que todos os tipos de organizações devem cuidar dos rumos mais adequados aos seus interesses, desde as pequenas, médias e grandes empresas até distribuidores, fabricantes, bancos e instituições sem finalidade de lucro.

Khauaja e Pfannemüller (2005) afirmam que as organizações são classificadas por seus interesses e áreas de atuação, além das finalidades com quem se organizam seus agentes.

Para Costa e Visconti (2001, p. 4) o Primeiro Setor é “aquele no qual a origem e a destinação dos recursos são públicas, corresponde às ações do Estado”. O setor público é o governo, representando o uso de bens públicos para fins públicos (SEBRAE-MG, 2012). Este setor é o maior responsável pela abertura de organizações tanto no Segundo Setor, como também no Terceiro Setor. Suas ações e decisões impactam de forma direta nesses setores.

O Segundo Setor se refere ao mercado e é ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos (SEBRAE-MG, 2102). Este setor agrupa todas as empresas que tem por finalidade o lucro e é responsável por despertar o interesse e ambição de milhares de novos empreendedores que desejam abrir seu próprio negócio, empregar pessoas, gerar riquezas e etc. É o maior dos setores em número de organizações.

Assim, as organizações governamentais, empresas públicas, autarquias, fundações, sociedades de economia mista e estatais afins constituem o chamado Primeiro Setor, enquanto que as organizações privadas constituem o Segundo Setor (FERREIRA, 2005).

No entanto, o Terceiro Setor é o que ganha cada vez mais destaque, pois atua em área com pouca atuação estatal como educação, direitos humanos, ecologia e sustentabilidade, entre outros. As duas últimas áreas de atuação ganham cada vez mais destaque por se tratarem de temas muito discutidos, e que atraem o interesse da população nas últimas décadas.

O termo Terceiro Setor surgiu nos anos 70 Estados Unidos, para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações em fins lucrativos, voltados para a produção ou distribuição de bens e serviços de interesse público (SILVA; SOUZA, 2008).

O Terceiro Setor ganha cada vez mais destaque, pois atua em áreas com pouca atuação estatal, tais como educação, direitos humanos, ecologia e sustentabilidade. As duas últimas áreas de atuação ganham cada vez mais destaque na sociedade por se tratarem de temas muito discutidos e que têm atraído a atenção e o interesse da população nas últimas décadas.

O conceito de Terceiro Setor no Brasil foi constituído historicamente através da Igreja e do Estado. A partir dos anos 30, o Estado iniciou um processo centralizado de intervenção econômico e social, que tinha por finalidade a promoção do crescimento econômico através da substituição de importância e posteriormente com a implantação do parque industrial nacional, concentrado na região Sudeste (HEIDTMANN NETO, 2001).

Muraro e Lima (2003) descrevem que no Brasil, o terceiro setor foi, no passado, mais conhecido por ações voltadas à caridade e ligado a religiosos. Ao longo da década de 1980, a repressão militar ocorrida no final da década anterior, ainda com manchas do que representou para o modo de viver da população brasileira, caracterizou um período de lutas pelos civis, seja elas pelas 'Diretas Já' ou pelos movimentos organizados pelos sindicatos. Na década de 1990, a força da expressão 'sem fins lucrativos', unida a um período de fracasso governamental nas ações sociais, deu início a uma inegável expansão do terceiro setor, compondo ONGs, fundações, associações, clubes recreativos e esportivos, institutos, dentre outros.

Todavia, deve-se deixar bem claro que o Terceiro Setor não pretende substituir a ação do Estado nem tampouco a do mercado, mas sua dinâmica deve ser complementar e exercer um papel crítico diante das insuficiências e dos limites dos demais setores (KHAUAJA; PFANNEMÜLLER, 2005).

O Estado pode passar a responsabilidade de alguma área carente para uma ONG e esta atuar de forma mais eficiente. Já as empresas podem destinar recursos para o apoio das atividades de uma organização deste tipo, ganhando prestígio perante a população.

PROGRAMA 1 MILHÃO DE CISTERNAS (P1MC)

As políticas públicas destinaram, nos últimos anos, recursos significativos para o semiárido com o objetivo de melhorar a vida dos agricultores e seus familiares e de incentivar o desenvolvimento rural de modo mais sustentável. Algumas propostas da sociedade civil foram assumidas pelo Governo Federal e transformadas em políticas públicas, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas (KÜSTER et al., 2009).

Os resultados da mobilização social e dos processos educativos do P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas) têm alcançado dimensões que estão além do quantitativo de cisternas construídas, gerando reflexões sobre a vida comunitária, as formas de participação e organização popular, e sobre modos criativos de acessar as demais políticas públicas, contribuindo assim, com a transformação de outros aspectos do cotidiano das famílias (MEDEIROS, SILVEIRA e NEVES, 2010).

A dinâmica de trabalho da equipe nacional que acompanha o Programa oportuniza, por meio de visitas de campo às famílias e organizações sociais envolvidos nas ações do Programa, a observação direta e a geração de relatórios técnicos sobre diversos aspectos da execução do P1MC (MEDEIROS, SILVEIRA e NEVES, 2010).

O semiárido não constitui um espaço homogêneo, tampouco desértico ou impróprio à vida. Pelo contrário, apresenta alta diversidade ecológica e possui ricos recursos naturais. Os conhecimentos acumulados sobre o clima permitem concluir não ser a falta de chuvas a responsável pela oferta insuficiente de água na região, mas sua má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração, que resultam no fenômeno da seca, a qual periodicamente assola a população da região (MDS, 2009).

A persistência do problema da vulnerabilidade hídrica das famílias rurais do semiárido motivou a mobilização de diversos atores da sociedade civil organizada do nordeste brasileiro, articulados em torno da defesa dos direitos dessa população, entre eles o direito à água, como elemento essencial à vida e à segurança hídrica e nutricional (D'ALVA e FARIAS, 2008).

A experiência prévia de utilização de cisternas para captação de água de chuva por iniciativa familiar e comunitária, com apoio de organizações de base, criou uma referência que inspirou outras experiências semelhantes e embasou a ASA na concepção do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido - Um Milhão de Cisternas (P1MC). A proposta visa garantir o acesso à água adequada ao consumo humano para todas as famílias rurais do semiárido brasileiro, por meio da formação, mobilização social e construção de cisternas de placas (MDS, 2009).

Em outras palavras, esse renovado projeto de modernização compreende a opção mais ou menos consciente de muitos agentes públicos e da sociedade civil organizada em avançar no processo de modernização da sociedade brasileira pela via institucional (dado o fracasso da via econômica – esgotada, material e simbolicamente, na década de 1980) e com foco para aquelas parcelas da sociedade marginalizadas no surto modernizador anterior (CUNHA, 2010).

Ainda que voltado à oferta às populações rurais de água potável para beber e cozinhar através do recurso à acumulação de água de chuva em cisternas de placas, o P1MC deveria também, no âmbito de um “movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido”, promover o “fortalecimento da sociedade civil” e a “mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual”. De acordo com a ASA, “cada cisterna tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água. Essa água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados. Com a cisterna, cada família fica independente, autônoma e com a liberdade de escolher seus próprios gestores públicos, buscar e conhecer outras técnicas de convivência com o Semiárido e com mais saúde e mais tempo para cuidar das crianças, dos estudos e da vida, em geral”.

Duque et al. (2004) referem-se a esta e outras experiências da ASA e das organizações que integram essa rede como “inovação na prática social”. Se é verdade que é possível perceber muitas novidades na experiência da ASA, também é verdade que o processo de institucionalização das cisternas de placa como política pública alternativa resulta em um enquadramento modernizante (e racionalizante), tendo levado inclusive ao abandono dos fundos rotativos solidários como suporte para a construção de cisternas de placa. Duque et al. (2004) consideram que os fundos rotativos eram ancorados na reciprocidade tradicional das comunidades rurais, mas no contexto de um processo de modernização, essas tradições não podem ser consideradas.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA, que vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual (www.asabrasil.org.br, 2013).

A ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO (ASA) E O PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS (P1MC)

A sociedade civil, por meio de suas diversas organizações, se mobilizou desde os finais do século XX, para defender a ideia de que é possível viver e produzir no semiárido com dignidade. Este movimento surgiu na década de 1990 e se institucionalizou enquanto Rede de Movimentos Sociais em 1999, com a criação da Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA (MDS, 2007).

Desde sua fundação, a ASA tem proposto políticas públicas sustentáveis de convivência com o semiárido, que apostam na captação e armazenamento adequado de água da chuva. Atualmente, esta organização reúne cerca de 800 entidades, nas quais se incluem sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores, cooperativas de produção, igrejas católica e evangélica, ONG's de desenvolvimento e ambientalistas, entre outras (ASA, 2008).

Esta organização tem construído um discurso da realidade social no semiárido que tem orientado práticas produtivas e políticas públicas para a região e, vem lutando pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro. A ASA propõe a implementação de políticas públicas para combater à desertificação, promover o acesso à terra, financiamento, crédito e assistência técnica à agricultura familiar, educação e democratização do acesso à água. Ao se posicionar em favor da democratização do acesso à água, a ASA se opõe à concentração e privatização, e defende que seja garantido à população o direito de dispor de água de boa qualidade e em quantidade suficiente, mesmo nas estiagens (ASA, 2008).

Em suas práticas locais, a rede também denuncia a degradação ambiental e hídrica e a exclusão social gerada pela centralização da oferta de água. Portanto, sugere que em lugar desta proposta centralizadora, é possível e urgente desenvolver estratégias de descentralização do acesso à água por meio da construção de tecnologias sociais de baixo custo, simples, sustentáveis, facilmente replicáveis e construídas a partir da mobilização da comunidade.

As estratégias para um desenvolvimento rural sustentável procuram, por intermédio de políticas públicas, incentivar a transição para agriculturas mais sustentáveis e equilibradas, dentro dos princípios agroecológicos (KÜSTER et al., 2009).

No lugar das grandes obras hidráulicas, que são impróprias e favorecem o abastecimento desigual das populações rurais, a ASA propõe as pequenas ações como barragens subterrâneas, cisternas para armazenar água para consumo e água para produção, e tanques de pedra, que armazenem águas coletivas (ASA, 2008).

METODOLOGIA UTILIZADA

O acesso às informações referentes às atividades e o processo de atuação aqui estudado foi assegurado, sobretudo, pela disponibilidade e abertura do coordenador executivo, responsável pela administração da ONG, em participar da pesquisa, mostrando as atividades mais importantes em relação ao tema abordado. Além da abertura do coordenador executivo, os colaboradores também cooperaram com o estudo através dos questionários respondidos.

Levando em consideração a importância destes indivíduos para a coleta dos dados, os métodos utilizados para a realização deste estudo foram a entrevista, aplicação de questionário e observação. Para a abordagem ao coordenador executivo foi utilizada a entrevista com o auxiliar administrativo, o agente educador e os animadores de campo aplicou-se o questionário.

Na entrevista buscou-se obter informações concretas acerca do tema da pesquisa. Já no questionário, coletaram-se opiniões sobre o tema discutido. A observação consistiu em examinar fatos sem a interferência do pesquisador.

RESULTADOS OBTIDOS

A partir dos dados coletados, foram obtidos os resultados descritos a seguir.

A Figura 1 ilustra a média de pessoas beneficiadas pelas cisternas.

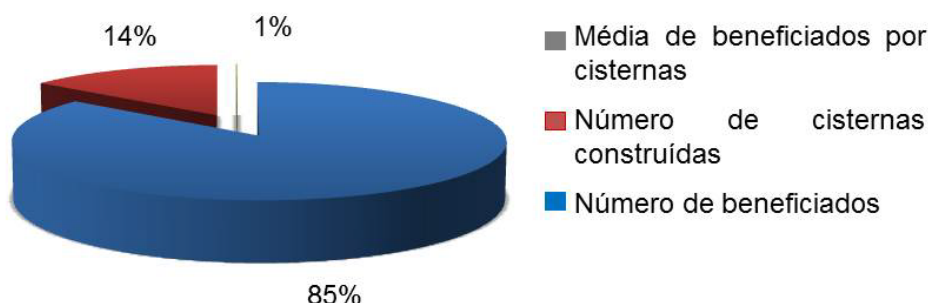


Figura 1: Média de pessoas beneficiadas pelas cisternas construídas no município de Teixeira – PB.

Fonte: CEPFS, 2012.

De acordo com a Figura 1, levando em consideração o total de cisternas construídas e o total de pessoas beneficiadas, em um total de 965 cisternas construídas, que percentualmente corresponde a 14% do processo de execução da ação, 5.790 pessoas foram beneficiadas (correspondendo a 85% do processo de execução da ação de implementação das cisternas). Houve, ainda, uma média de 6 pessoas beneficiadas para cada cisterna construída, que representa percentualmente 1% do ciclo do processo de execução da ação de implementação das cisternas no município de Teixeira – PB.

A Figura 2 representa o percentual de pessoas beneficiadas com a construção de tanques, com relação ao gênero.

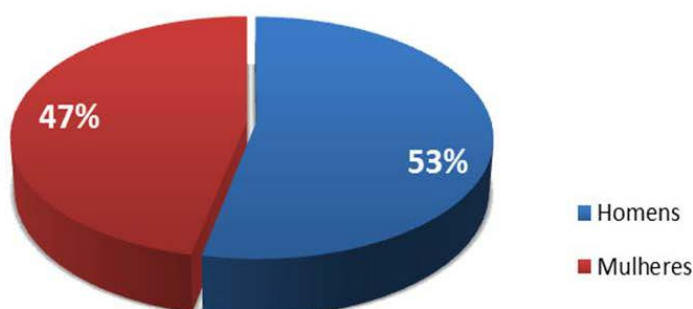


Figura 2 : Percentual de mulheres e homens beneficiados pela construção de tanques.

Fonte: CEPFS, 2012.

Conforme ilustrado na Figura 2, levando-se em consideração a relação de gêneros, tem-se uma quantidade maior de beneficiados do sexo masculino, sendo 57% homens beneficiados e 47% mulheres beneficiadas. Foi construído um total de 20 (vinte) tanques com a capacidade de armazenamento de 2.304 litros de água. Traduzindo a porcentagem para números absolutos foram beneficiados 2.596 homens e 2.272 mulheres.

A Figura 3 ilustra o percentual de pessoas que participaram de curso de formação para uso adequado da água.

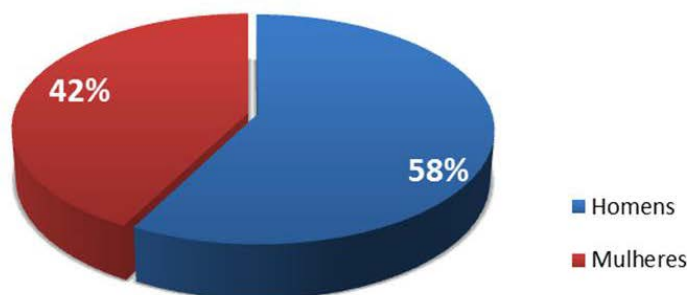


Figura 3 : Percentual de mulheres e homens que participaram de curso de formação.

Fonte: CEPFS, 2012.

Considerando a participação em curso de formação por gênero (Figura 3), observou-se uma maior participação do gênero masculino, representando um percentual de 58%, e sendo representada por um percentual de 42% a participação feminina. Desta forma, foram capacitados 1.478 homens e 1.081 mulheres.

Na Figura 4 estão representados os percentuais de mulheres e homens que participaram de curso de capacitação de difusão de tecnologias sociais.

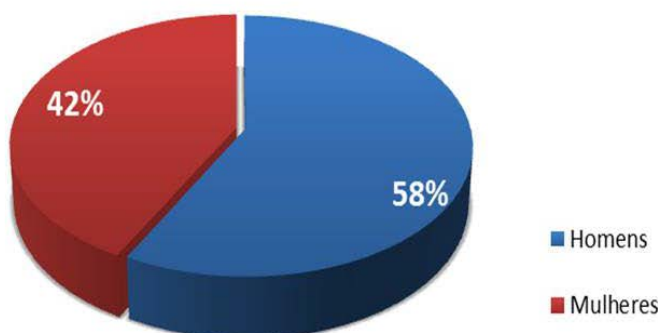


Figura 4 – Percentual de pessoas que participaram de cursos de capacitação em tecnologias sociais.

Fonte: CEPFS, 2012.

Conforme a Figura 4, de um total de 599 participantes, 42% correspondem a pessoas do sexo feminino e 58% são correspondentes à participação de pessoas do sexo masculino. Os cursos foram ministrados com o intuito de formar nos cidadãos beneficiados a consciência da importância do uso correto da água disponível, visto que trata-se de um bem escasso e de acesso limitados, devido às condições climáticas da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CEPFS realizou no município de Teixeira projetos de grande valia para a população, tais como a construção de cisternas e tanques, além dos projetos que trabalham principalmente com a capacitação e apoio às iniciativas de base familiar para a convivência com a realidade semiárida.

Outra iniciativa da entidade que possibilitou o aumento da visibilidade desta perante a sociedade foi o compartilhamento de sua experiência. Tal iniciativa permitiu à organização mostrar todo seu potencial na área de desenvolvimento humano, social e ambiental e de conscientização e mobilização popular. Permitiu ainda a troca de experiências com outras entidades atuantes na área.

No campo de atuação do CEPFS, viu-se que os ambientes oferecem espaços para ampliação da execução das suas atividades, visto que a região na qual atua possui grande necessidade de captação e preservação da água da chuva. Essa carência pode ser sanada com a ampliação da construção de cisternas oferecidas pelo projeto de convivência com a realidade semiárida, o P1MC, pois poucas tecnologias são desenvolvidas com essa finalidade, aumentando ainda mais a importância dos trabalhos desenvolvidos por organizações como esta.

A partir deste estudo, foi possível concluir que o CEPFS tem colaborado de forma direta para a formação e o fortalecimento das organizações sociais, na implementação de estratégias viáveis de convivência no semiárido, bem como para a conscientização popular acerca das questões ambientais relacionadas ao uso da água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALDAY, H. E. C. **O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica**, FAE, vol. 3, n° 2, Curitiba: mai/ago, 2000. Disponível em: www.fae.edu/publicações, Acesso: 17 de Outubro de 2013.
2. ASA. **Caminhos para a Convivência com o Semiárido** (Cartilha). 2ª ed., Recife: ASACOM, 2008.
3. COSTA, C. S.; VISCONTI, G. R. **Terceiro Setor e desenvolvimento social**, Rio de Janeiro: AS/GESET, 2001. Disponível em: www.abong.org.br. Acesso: 18 de Julho de 2012.
4. CUNHA, J. M. P. da. **Planejamento municipal e segregação socioespacial: por que importa?** In: *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Rosana Baeninger (Org.), pp. 65 a 77. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp. Brasília: UNFPA, 2010.
5. D'ALVA, O. A.; FARIAS, L. O. P. **Programa Cisternas: Um Estudo sobre a demanda, cobertura e focalização**, Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Número 7, Brasília: 2008.
6. DUQUE, G.; SIDERSKY, P. e OLIVEIRA, M. S. L. **Fundos rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano – Potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade**. Raízes, v. 23 (01/02): 117-126, 2004.
7. ELIAS, N.; SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
8. FERREIRA, V. C. P. **ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento**, Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.
9. HEIDTMANN NETO, H. G. C. **Terceiro Setor: a conformação da cultura organizacional das ONG's no Brasil dentro do contexto histórico da administração**, vol. 2, n° 1, Belém: Adcontar, 2001.
10. KHAUAJA, D. M. R.; PFANNEMÜLLER, C. M. **A administração estratégica no terceiro setor no Brasil: estudo do caso dos doutores da Alegria**. In: *Seminários em Administração – SEMEAD*, 8, São Paulo: FEA/USP, 2005.
11. KÜSTER, A.; MARTI, J. F. **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil**, Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.
12. MEDEIROS, J. C. de A.; SILVEIRA, S. M. B; NEVES, R. S. **Água e cidadania no semiárido brasileiro: A experiência do Programa Um Milhão de Cisternas rurais (P1MC) da ASA Brasil**, Trabalho apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.
13. MURARO, P.; LIMA, J. E. de S. **Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações**. Revista da FAE, v.6, n.1, p.79-88, Curitiba: jan./abr. 2003.
14. MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, DF 2007.
15. SEBRAE-MG – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, *Fascículos da cultura da cooperativa*, Minas Gerais: Associações, 2012.
16. SILVA, M. D. M. da; SOUZA, Q. R. **Comunicação e terceiro setor: um estudo no município de Guarapuava/Paraná**, Rev. Estud. Comum, vol. 9, n° 19, Curitiba: Ago. 2008.
17. SILVA, R. M. A. da, **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**, Brasília: UnB, 2006.
18. www.asabrasil.org.br. Acesso em: 23 de Outubro de 2013.
19. www.patacaparaiba.blogspot.com.br. Acesso em: 24 de Outubro de 2013.